

POR QUEM AS GREVES DOBRAM?

Francisco de Oliveira

Em que se funda a Nova República? Para os arrivistas de última hora, num pacto de elites que lhes possibilitaria sobreviver a salvo de cobranças "à la Argentina"; para os que enxergam para além daqueles pífios interesses de náufragos — a maioria da sociedade —, no desejo de alcançar uma nova forma institucional contemporânea das estruturas sociais. Para estes, são portanto as novas estruturas da sociedade que devem moldar a forma institucional democrática, e não o contrário, sendo que esta nova forma deve alargar e não coibir a manifestação, a reivindicação e a representação dos novos interesses forjados, *malgré tout*, pela expansão capitalista dos dois últimos decênios, no que ela tem de contraditório.

Desde os dias iniciais da Nova República, vem se assistindo à eclosão das mais diversas manifestações, mediante as quais classes, grupos e categorias sociais, abrangentes ou específicos, vêm dando o recado sobre a ordem social a que aspiram. Empresários manifestam seu repúdio ao cabresto do Estado autoritário, e todo o mundo reconhece que, assim fazendo, contribuem para a formação da nova ordem institucional; políticos tratam de limpar o "entulho autoritário", e todo o mundo louva esse esforço de contemporaneidade; trabalhadores usam um instrumento de reivindicação como a greve e... surpresa, diversos setores persistem em negar que essa é uma forma de também contribuir para a formação da nova ordem institucional.

Ingênuo será pensar que a forma democrática do regime político é uma espécie de "emplastro" do personagem de Machado de Assis: a harmonia celestial capaz de subsumir, subordinar e castrar os conflitos de interesses. Ao contrário, a construção de uma nova ordem institucional levanta-se *pela negação* da *pax autoritarae*, que consistiu precisamente em usurpar a representação das classes sociais. E esses interesses são ambíguos, contraditórios e, em mais de um capítulo das relações sociais, verdadeiramente antagônicos. Não adianta o bla-bla-bla que se pretende moderninho: a sociedade está estruturada em classes e essa estruturação é conflitiva. O resto é conversa fiada, para esconder a hegemonia de uns interesses sobre outros.

Um amplo leque das classes trabalhadoras declanchou um poderoso movimento grevista, cujo objetivo imediato é segurar os empregos, não permitir achatamentos ainda piores do poder aquisitivo dos salários; mas os objetivos para além do curto prazo do movimento desses trabalhadores têm muito mais com a construção de uma ordem democrática que os arranjos autoritários de ministros civis e militares, que anseiam pela volta dos tempos do autoritarismo. Com

a reivindicação de trimestralidade e correções no salário para além do INPC, os trabalhadores a rigor ajudam a sociedade como um todo e o Estado brasileiro em particular a dizerem *não* à política imposta pelo FMI; eles estão dizendo e provando, e nisto devem insistir, que essa política não deve ser implementada. Com a reivindicação de estabilidade no emprego, eles estão dizendo que uma ordem democrática estável não pode ser construída sobre a instabilidade do emprego; estão dizendo aos empresários que se bem *o capital é deles*, a riqueza social, de que a força de trabalho dos trabalhadores é parte, *não é deles*, é social. Estão dando um recado importante, ultramoderno, se se quiser usar essa expressão, dizendo que o trabalho e a força de trabalho não são mercadorias que podem ser impunemente postas em leilão a cada dia. Não é essa também a mensagem contida na questão controvertida da salvação do Sulbrasileiro e do Habitasul? Isto é, que um banco é parte da riqueza social e portanto não pode falir *así no más*, pois por trás dele estão interesses de empregados, de investidores da região sulina, enfim, da segurança do sistema financeiro?

O ensaio de confronto que os movimentos de greve anunciam é contemporâneo: através dele e por ele, as forças sociais construídas ao longo da expansão capitalista se assumem como classes, com interesses próprios, convergentes no que tange à continuidade da expansão, divergentes quanto à forma dessa expansão. A atuação do ministro do Trabalho é também contemporânea: a ação do Estado é de um Estado que é *locus* do conflito, parte interessada na disputa, Estado que financia tanto a reprodução do capital quanto parte da reprodução da força de trabalho. Saímos do Estado *propriedade* da classe dominante para o Estado *relação política conflitiva*, um espaço aberto e não um clube privado. A *reação* dos ministros da Indústria e Comércio, das Comunicações e do SNI e do presidente da FIESP é atrasada e troglodita. Estão descompassados com as novas estruturas sociais, no mínimo.

Uma nova relação social está emergindo. Os antagonistas sabem e podem negociar. Uma parte saudável do novo poder político sabe e quer negociar. Uma outra parte tenta manter-se ao abrigo do "entulho autoritário". O destino da Nova República está lançado nesse drama. Não se trata de esperar passivamente que o drama se desenrole, permanecendo como apostadores da Loteca: decididamente, a sociedade por inteiro deve lançar-se à construção da nova ordem institucional, dobrando a reação termidoriana dos Malvadezas da vida, deixando-os ao relento, onde, como nos Evangelhos, haverá choro e ranger de dentes. As greves dobram pelo fim do regime autoritário, mais do que todas as missas de cúpula.

